Os clássicos da sociologia e três concepções de sociedade.

(Marcela Marques Serrano)

Um dos grandes problemas da sociologia no Ensino Médio talvez seja resolver o impasse de ter que definir o conceito de sociedade logo nas primeiras aulas sem antes ter esclarecido o aluno sobre a existência de diferentes correntes teórico-metodológicas, o que implica na ocorrência de concepções também diversas sobre tal conceito.

Na tentativa de ao menos colocar esta questão, comecemos pelos clássicos Emile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, todos de frente para a sociedade capitalista do final do século XIX, tentando compreendê-la, seja do ponto de vista conservador ou crítico.

Émile Durkheim (1858 – 1917)

Para este autor, a sociedade é um conjunto de regras e normas, padrões de conduta, pensamentos e sentimentos que não existem apenas na consciência individual; os sentimentos não estão no coração, mas sim na existência social: nas instituições, que são encarregadas de instituir nos indivíduos tais valores e referências. Antes de nascermos já está tudo aí, seremos moldados por ela e, quando morrermos, não irão para o túmulo conosco.

Para este autor todas essas regras, normas e instituições são estabelecidas por *leis sociais,* que teriam as mesmas características das leis naturais, isto é, regem os fenômenos sociais independentemente da vontade dos indivíduos. Sendo assim, as regras e padrões, valores e leis, estariam sempre adequadas à manutenção da ordem e do bem comum.

Como podemos perceber, Durkheim concebe a sociedade como um “todo harmônico” (onde existe um bem comum) tal qual um organismo, ele chega a dizer que da mesma maneira que, num corpo vivo, certos órgãos ou tecidos recebem maior irrigação sanguínea por desempenharem funções vitais, na sociedade, certas classes que exercem ocupações fundamentais devem necessariamente ser privilegiadas. Assim se explicaria inclusive a concentração de poder e riquezas nas mãos da burguesia industrial, classe à qual o autor não por acaso estava ligado.

Max Weber (1864-1920)

Ao contrário de Durkheim, Weber não enxerga a sociedade como um ente para além e acima do indivíduo; os padrões, as convenções, regras, etc. são constituídos e se transformam nas relações sociais estabelecidas entre indivíduos. Portanto têm a ver com as motivações dos mesmos e com o sentido que atribuem às suas ações em relação ao outro com quem interagem. A sociedade é tecida nas relações sociais.

Na visão do autor: "As idéias coletivas, como o Estado, o mercado econômico, as religiões, só existem porque muitos indivíduos orientam reciprocamente suas ações num determinado sentido. Estabelecem, dessa forma, relações sociais que têm de ser mantidas continuamente pelas ações individuais" (Tomazi, 2000: 20). Isto quer dizer que se as pessoas passarem a orientar sua conduta de outra forma e atribuir outros sentidos e valores às suas ações, todas essas estruturas desmoronam.

A visão weberiana tem a ver com a tradição liberal à qual se filia, isto é, a ênfase dada ao indivíduo como sendo o grande responsável com seus méritos e fragilidades por tudo que existe, inclusive pela posição ocupada no quadro de classes sociais.

Karl Marx (1818 – 1883)

Marx se opõe à concepção weberiana; não prioriza o indivíduo e suas motivações, sem enfatizar as condições materiais das quais parte, não se chega a nenhuma conclusão. Além disso, não é qualquer relação social que permite entender a sociedade, mas sim as relações de produção. O que identifica o modelo de sociedade é a forma como os homens produzem, o modo como transformam, através do trabalho, o mundo ao seu redor e, sobretudo, a relação com os meios de produção.

Marx estava particularmente preocupado em estudar a sociedade capitalista e não em elaborar uma teoria geral das sociedades – esta era uma preocupação de Durkheim – nesta sociedade as relações de produção se caracterizam pela propriedade privada dos meios de produção (máquinas, ferramentas, capital, etc.); os detentores dos mesmos se acham em condições de explorar o trabalho daqueles que não são proprietários e que não possuem nada além da força de trabalho, usualmente oferecida em troca de um salário, onde a exploração se configura através mais-valia absoluta, o trabalho não pago ao

trabalhador que passa a ser capital acumulado pelo outro lado da relação: “o patrão”, representante da classe capitalista (a que acumula capital).

É essa relação que permite, portanto, a existência dessa sociedade. Sendo assim, sociedade para Marx não é um todo harmônico, onde as classes devem cooperar para o perfeito funcionamento do todo. O que existe é o conflito e essa relação de antagonismo entre capital e trabalho, entre capitalistas e proletariado, é o que move a história. Por isso, cabe aos trabalhadores se conscientizarem dessa tensão e transformarem tal estado de coisas. Ao pesquisador, por sua vez, cabe não só descrever tal realidade, mas identificar como ela se produz e reproduz, evidenciando as possibilidades de superação da mesma, o que confere ao cientista social um papel revolucionário.

Bibliografia:

LÖWY, Michael. ***Ideologias e Ciência*** **Social**: elementos para uma análise marxista. São Paulo: Cortez, 1995.
TOMAZI, Nelson D. [et al.]. ***Iniciação à Sociologia.*** São Paulo: Atual, 2000.